

Educação Infantil: História, Realidade e Demandas

Mariana Soares da Silva Santana₁ (PG)* mari_.soares@hotmail.com, **João Roberto Resende Ferreira (PQ).**

Universidade Estadual de Goiás/Câmpus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis. Av. Juscelino Kubitschek, 146 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-390.

Resumo: A partir da década de 1990, ganha força no Brasil, o debate a cerca das Políticas Públicas para a Educação Infantil, por esse nível de ensino está incluído na primeira etapa da educação básica e, por ter se tornado um direito do cidadão e um dever do Estado. Assim, a pergunta central dessa pesquisa é compreender: como as políticas públicas implantadas a partir de 1990, têm modificado as práticas pedagógicas nas Instituições de Educação Infantil em Goiânia? Para isso, pretende-se conhecer e analisar o contexto histórico das transformações ocorridas a partir dos anos de 1980, entre produção material da vida e as relações com a produção e apropriação do saber, e se as Políticas Públicas da Educação Infantil Brasileira têm contribuído ou não para superar um quadro degradante do que foi a educação infantil para os trabalhadores nesse país. A relevância desse trabalho se deve à intenção de incentivo para maiores investimentos e desenvolvimento aos profissionais que se interessam por essa realidade. Dessa forma, pretende-se desenvolver uma pesquisa com reflexões teóricas que contribua para analisar as relações entre as Políticas Públicas e a prática pedagógica tendo a rede municipal de Goiânia, como espaço de investigação onde se dá essa relação.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Jardim de Infância. Contextualização Histórica. Atendimento Educacional.

Introdução

Ao estudar o contexto histórico na tentativa de compreender a origem e a necessidade da criação de espaços e instituições que atendessem crianças, é notável que seu início ocorra principalmente com a modernidade, a implementação de máquinas e indústrias, advindo dessa forma, a necessidade das mulheres de se ingressarem no mercado de trabalho.

Em relação à modernidade, Aquino (2011) evidencia esse contexto dizendo que, “a concepção de infância surge indicando o novo lugar assumido pela criança e pela família nas sociedades industriais, mais precisamente, no final do

Século XVIII, marco da mudança no estatuto da infância no mundo ocidental” (p.89). Assim, nesse processo, a escola consolida-se como lugar de aprendizagem e de instrução, e a criança torna-se objeto próprio de conhecimento científico e de afeto, intensificando a necessidade de medidas governamentais para prover instituições destinadas à primeira infância no mundo.

O objetivo central desta pesquisa é analisar se com as políticas públicas implantadas a partir de 1990, houve modificações nas práticas pedagógicas atuais nas Instituições de Educação Infantil em Goiânia. Trata-se de contribuir com as discussões relativas ao tema da Educação Infantil, que nos últimos vinte anos constituem um assunto de real significado e necessidade para a população, principalmente a classe trabalhadora, uma vez que as crianças, passaram a ter esse direito garantido de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, (LDB).

Do ponto de vista oficial no Brasil os direitos das crianças, principalmente na educação brasileira, são garantidos: a Constituição Federal de 1988 - em seu artigo 208, inciso IV que diz ser dever do Estado para com a educação a efetivação mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade; Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil (2010); Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90, que regulamenta o art. 227 da Constituição Federal inserindo as crianças no mundo dos direitos humanos, em seu art. 3º em que a criança e o adolescente devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, desse modo tendo acesso às oportunidades como desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade; Política Nacional de Educação Infantil (1994); Subsídios para o Credenciamento e o Funcionamento das Instituições de Educação Infantil (1998) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998).

A justificativa para o trabalho se dá em primeiro lugar a experiência de estágio supervisionado obrigatório na Educação Infantil, parte integrante da matriz curricular do curso de Pedagogia da UEG/CCSEH¹, realizado no ano de 2013 e que despertou o interesse por estudos que a envolvesse; Em segundo lugar está a necessidade de investigar os espaços e práticas onde a Educação Infantil se realiza com o objetivo de compreendê-la, a fim de proporcionar melhores entendimentos sobre esse

¹ Universidade Estadual de Goiás/Câmpus de Ciências Sócio-econômicas e Humanas de Anápolis.

espaço de vivência e formação inicial das crianças; E em terceiro lugar, a razão de investigar como a lei tem influenciado a prática pedagógica.

Ao se tratar dos objetivos da pesquisa, temos como geral conhecer e analisar o contexto histórico das Políticas Públicas da Educação Infantil Brasileira em consonância com sua Realidade. Os específicos são: 1) realizar uma contextualização histórica sobre as transformações capitalistas e as políticas públicas da Educação Infantil (EI); 2) Pesquisar sobre as práticas pedagógicas da EI, a partir dos anos de 1980 com o fim da ditadura militar, o processo de democratização; 3) Analisar a prática em Centros Municipais de EI em Goiânia, tendo como parâmetro os estudos sobre as demandas dessa primeira etapa da Educação Básica.

De acordo com Oliveira (2008), é na educação infantil que a maioria de nossas crianças terá o seu primeiro contato com uma educação formal, que pretende complementar a educação recebida no seio familiar e na sociedade. Trata-se do segundo espaço de socialização do ser humano. Por isso, esse nível de educação requer profissionais competentes que possuam as habilidades necessárias para lidar com as especificidades dessa faixa etária. É nessa fase inicial da educação que ocorrem influências determinantes na personalidade da criança e que podem marcá-la positiva ou negativamente para o resto de sua vida. “O exposto configura a necessidade urgente de se pensar sobre a formação e atuação dos profissionais da educação infantil, tanto em termos de docência quanto de gestão” (p.54).

Material e Métodos

Essa pesquisa segue a abordagem qualitativa. Sendo assim, os procedimentos previstos a serem desenvolvidos durante a pesquisa incluem: realização de observações em uma instituição de Educação Infantil na cidade de Goiânia; construção de protocolos de registros; pesquisas na sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), situada em Goiânia, referentes a dados sobre a realidade da Educação Infantil no Brasil e do município; pesquisas de documentos na sede da Prefeitura de Goiânia, a fim de compreender como se efetivou a implementação da EI no município e os aspectos que a norteiam; revisão

bibliográfica dos textos e autores que possuem relação com o assunto e tema tratado bem como com o contexto histórico e político.

Resultados e Discussão

Com o desenvolvimento desse trabalho envolvendo estudos e reflexões, pretende-se fazer uma abordagem de conteúdos, documentos e autores que tratam o assunto referente à Educação Infantil, suas políticas públicas, relacionando o que já foi alcançado bem como o que pode vir a ser desenvolvido e verificar por meio da pesquisa empírica se o que está sendo colocado em prática condiz com o que a legislação estabelece, e mais, como está a distribuição de vagas e o acesso para as crianças e famílias que possuem interesse a esta etapa da educação básica.

Sendo necessário ainda, organizar ideias, dados, possibilidades, teorias e pensamentos sobre as conquistas e desenvolvimentos em que essa etapa do ensino vem se destacando e ocupando, de modo que esta, cada vez mais, se posiciona ocupando papel importante para a formação de crianças.

Considerações Finais

Com a intenção de realizar uma contextualização histórica para compreender como se desenvolveu a necessidade de espaços e instituições para a infância, pretende-se desenvolver um trabalho e reflexões teóricas que possam contribuir para a valorização da educação infantil brasileira, etapa da educação básica constituinte e de decisiva importância na formação da personalidade das crianças.

Já percebendo a necessidade a partir da modernização, no século XVII, com o surgimento das indústrias e as mulheres ingressando no mercado de trabalho, hoje a necessidade e a importância da oferta dessa etapa da educação básica se devem não só as necessidades assistencialistas, mas em âmbitos como, o educar, cuidar, construção de conhecimentos de mundo; de uma educação que faça o indivíduo se perceber no mundo e ver significado. De o conhecimento ser construído em ambientes coletivos, em que as mediações e práticas pedagógicas ocorram numa perspectiva de inovação, incluindo uma didática onde as crianças despertem sentidos e autonomias para seus pensamentos.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao meu orientador, professor Drº João Roberto Resende Ferreira, pela oportunidade de continuar desenvolvendo pesquisas envolvendo a Educação Infantil, assunto pelo qual me identifico e tenho interesse em estudar. Agradeço ainda pelo companheirismo, orientações e direcionamentos.

À Universidade Estadual de Goiás, pelo apoio e concessão da bolsa *Strictu Sensu*, visando o incentivo e dedicação no desenvolvimento de pesquisas.

Referências

AQUINO, Luciene Chaves de. Concepções de Infância: um breve histórico da educação infantil geral e brasileira. In: BARBOSA, Rita Cristina; AFONSO, Maria Aparecida Valentim. (Orgs.). *Educação Infantil: das práticas pedagógicas às políticas públicas*. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2011. P. 69 – 91.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil*. Coordenação Geral de Educação Infantil, v. 1 e 2. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998b.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. *Política nacional de educação infantil*. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

OLIVEIRA, Maria Izete de. *Educação infantil: legislação e prática pedagógica*. *Psicol. educ.*, São Paulo, n. 27, p. 53-70, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14149752008000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 22 abril de 2017.